

ANÁLISE DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DA ALDEIA AMAMBAI/MS PELA PERSPECTIVA ETNODESENVOLVIMENTISTA

ANALYSIS OF THE SOCIOECONOMIC REALITY OF THE AMAMBAI/MS FROM THE ETHNODEVELOPMENT PERSPECTIVE

Recebido em: 30/09/2022

Aceito em: 10/10/2022

Karielie Benites¹ 

Eliana Lamberti² 

Resumo: A relação com a terra e a viabilidade da produção de forma sustentável é fundamental porque é a base da sobrevivência indígena. A produção agrícola indígena não faz uso de agrotóxicos nem tem por lógica a exaustão dos recursos naturais. Dessa forma, a presente proposta busca aproximar os fundamentos econômicos do desenvolvimento para com a perspectiva da sustentabilidade por meio do etnodesenvolvimento. A análise das políticas públicas estaduais e municipais e a descrição da realidade socioambiental da Aldeia completam o rol de objetivos do presente trabalho. A aldeia Amambaí está localizada no município de Amambai-MS, e abriga a etnia Guarani-Kaiowá, que nesse espaço busca manter, apesar da realidade desafiadora, sua dinâmica produtiva sustentável. A realidade analisada é marcada por sobrevivência, conflitos, carências e potencialidades. O mérito das melhorias e atenção necessárias pauta-se também pelo papel didático que a comunidade indígena tem a desempenhar: a educação ecológica! A economia indígena tem a *expertise* sobre as dimensões da sustentabilidade! O etnodesenvolvimento se constitui numa alternativa viável e acessível.

Palavras-chaves: Etnodesenvolvimento; Economia Indígena; Políticas Públicas.

Abstract: The relationship with the land and the viability of production in a sustainable way is fundamental because it is the basis of indigenous survival. Indigenous agricultural production does not use pesticides nor is it logical to deplete natural resources. In this way, the present proposal seeks to bring the economic foundations of development closer to the perspective of sustainability through ethnodevelopment. The analysis of state and municipal public policies and the description of the socio-environment reality of the village complete the list of objectives of this work. The Amambai village is located in the municipality of Amambai-MS, and is home to the Guarani-Kaiowá ethnic group, which in this space seeks to maintain, despite the challenging reality, its sustainable productive dynamics. The analyzed reality is marked by survival, conflicts, needs and potential. The merit of the necessary improvements and attention is also guided by the didactic role that the indigenous community has to play: ecologic education! The indigenous economy has the expertise on the dimensions of sustainability! Ethnodevelopment is a viable and accessible alternative.

Key words: Ethnodevelopment; Indigenous Economy; Public Policy.

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul conta com a segunda maior população indígena do país: aproximadamente 80 mil indígenas de 10 (dez) etnias diferentes (Terenas, Ofaié, Kadiwéu, Guató, Guarani subgrupos Kaiowá e Nandeva, Kinikinau e Atikum) estão distribuídas em 29 (vinte e nove)

¹ Bacharel em Administração e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: bkarielie@gmail.com.

² Bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Desenvolvimento Regional, Doutora em Economia do Desenvolvimento, docente efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisadora dos temas relacionados ao desenvolvimento regional, relações socioeconômicas em região de fronteira e Direito & Economia. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS/UEMS) e Organizações, Governo e Sociedade (OGS/UEMS). E-mail: eliana@uems.br.

municípios. A realidade e os desafios atinentes à organização e ao desenvolvimento das aldeias indígenas são objeto de pesquisa e preocupação de várias áreas do conhecimento, mas especialmente das chamadas Ciências Humanas. A reflexão proposta nas próximas páginas se insere num esforço de aproximar essa temática ao escopo das Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente da Ciência Econômica e se concentra na realidade indígena do município de Amambai, especificamente da Aldeia Amambai.

A Aldeia Amambai está localizada na cidade de Amambai³/MS que também comporta outras duas aldeias: a Limão Verde e a Jaguarý. Segundo o censo do IBGE (2010), o município possui 35.523 habitantes e deste total cerca de 24,7% são declarados indígenas. A Aldeia em questão apresenta aproximadamente 10.000 habitantes (2.000 famílias) distribuídos em 2.381 hectares e corresponde a uma das oitos áreas reservadas pelo Serviços de Proteção aos Índios, “inspirado” no Decreto lei nº426 de 24 de julho de 1845 que consistia em demarcar reservas de terras destinadas a índios “espalhados” pela província e liberar área para a colonização.

A segunda década do século XXI indica que problemas históricos marcam a condição de subdesenvolvimento desta comunidade e estão mais presentes do que nunca. No primeiro semestre deste ano (2022), ocorreram novos confrontos (por antigas motivações) entre membros desta comunidade e proprietários de terras vizinhas resultando na morte de indígenas. Antigos problemas são acrescidos de novos desafios. A dinâmica econômica de Mato Grosso do Sul está intimamente relacionada com a lógica do agronegócio e do latifúndio⁴. A formação econômica do atual território de Mato Grosso do Sul esteve vinculada, por um lado, pelas questões fronteiriças internacionais, e por outro, pelo papel desempenhado na divisão nacional e internacional do trabalho (leia-se “celeiro do mundo”). O agronegócio e as belezas naturais (leia-se Pantanal e Bonito) conectam este território com as demandas e dinâmicas globais, notadamente de caráter extrativista. Agricultura, pecuária, indústria da carne e da soja e mais recentemente, a sucroenergética sintetizam os principais sistemas produtivos vigentes.

Tal contexto, enaltece a importância de projetos (seja de pesquisa, extensão ou ações diversas) e análises para a superação dos gargalos ao desenvolvimento real e substantivo desta comunidade

³ O município de Amambai, de acordo com o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/amambai/panorama>), contava com 34.730 habitantes em 2010. Para 2021, a previsão era de 40.247 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, em 2010 cerca de 37,8% da população vivia com até meio salário mínimo per capita.

⁴ O planejamento público para o território de Mato Grosso do Sul e sua “vocação produtiva” foram materializadas nas políticas e incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

indígena. Neste sentido, o objetivo geral deste texto é discutir a realidade produtiva da Aldeia Amambai e relacioná-la com a perspectiva do (etno) desenvolvimento.

Esta proposta teve por recurso metodológico a busca por referenciais teóricos especialmente os que dialoguem com perspectivas ecológicas e da economia indígena. A pesquisa teórica se mesclou com a empírica por meio da coleta de informações (sobre as políticas públicas específicas à essa comunidade), observação exploratória e registros fotográficos⁵.

AS PREMISSAS DO ETNODESENVOLVIMENTO

Em geral, o desenvolvimento econômico é identificado como crescimento do produto interno bruto (PIB) e absorção tecnológica. Ou, o crescimento econômico vincula-se com a elevação do quantitativo da riqueza, enquanto o desenvolvimento econômico refere-se ao aperfeiçoamento da economia de uma forma qualitativa com a melhoria da produtividade do trabalho: cada aumento da renda dos consumidores gera aumento da demanda pelos produtos de consumo e isso modifica a estrutura de produção (FURTADO,1952).

Silva (2019) destaca que é a partir dos anos de 1980 ocorre o surgimento do debate sobre etnodesenvolvimento, e foi uma discussão, inicialmente motivada, com o propósito crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas convencionais.

Verdum (2006) define o etnodesenvolvimento como sendo o desenvolvimento capaz de gerar as condições necessárias para que determinada sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar e definir a dinâmica e elementos centrais do seu desenvolvimento. Segundo Lima e Hoffmann (2002) etnodesenvolvimento pode ser definido como uma nova estratégia e projeto de caráter socioeconômico adotado também nas terras indígenas.

Azanha (2002) discute a proposta do etnodesenvolvimento a partir de elementos como segurança territorial, segurança alimentar populacional, aumento do nível de escolaridade e com relativa independência de instituições externas. Os projetos de etnodesenvolvimento são definidos também como o suporte para os povos indígenas para demonstrar que eles têm capacidade de produzir nas suas terras e têm oportunidade de avançar para garantir sustento e gerar renda. Contudo, os desafios são consideráveis.

⁵ Este texto é resultado da pesquisa fomentada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Pibic/Uems) e realizada no período 2021-2022. A discente bolsista é integrante da Comunidade Indígena da Aldeia Amambai.

Ao tomar a perspectiva do etnodesenvolvimento, os trabalhos não apenas partem da ideia de que as sociedades indígenas podem garantir sua especificidade e autonomia perante o ‘mundo dos brancos’, como também supõe certos padrões ético-morais sobre os modos como o ‘mundo dos brancos’ se posicionará em relação à vida desses grupos diferenciados, levantando, entre outras questões, as de quais valores serão acionados, que tipo de alianças esses valores embasarão e com que setores, sob que formatos jurídicos e a partir de que graus de flexibilização por parte do Estado brasileiro em face da ordem econômica globalizada essas alianças serão mais viáveis (LIMA; BARROSO- HOFFMANN, 2002, p. 19).

O etnodesenvolvimento faz com que os povos indígenas possam viver os processos de transformações, de capacitações técnicas para lidar com os apelos/modelos de um processo de assimilação ao mundo dos brancos.

As economias indígenas sempre mostraram alto grau de sustentabilidade, em grande parte pela capacidade que têm de estabelecer relação integrada de vida, em que formas específicas da organização social, das relações de parentesco, dos rituais sociais e religiosos apresentam funções indispensáveis ao estabelecimento do equilíbrio. Este se dá não através do domínio da natureza, mas por meio da compreensão em relação a ela e do respeito, o que implica decifrar a sua linguagem, seu funcionamento, suas forças e seus mistérios, pois a sobrevivência humana depende da sua capacidade de cooperar, respeitar e integrar-se a esta natureza (LUCIANO, 2006, p. 190).

Em relação ao etnodesenvolvimento nas comunidades indígenas, para fazer a implantação desses projetos, é preciso que se estabeleçam condições de planejamento, execução e avaliação interna das reservas envolvidas.

Não se trata, portanto, de desqualificar as direções, história ou instrumento que confirmaram a política indigenista nacional, mas de avançar na direção do etnodesenvolvimento enquanto uma perspectiva que permita aos povos indígenas serem protagonistas do próprio futuro e que oriente a construção política públicas e a formação de agentes construtores desse diálogo (SOARES, 2018, p. 9).

Silva (2019) afirma que a natureza é importante para os povos indígenas, pois cada trabalho dentro das aldeias é realizado de acordo com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, por esses motivos os projetos sobre etnodesenvolvimento devem ser pensados respeitando as culturas tradicionais das próprias comunidades, pois eles vivem e conhecem as especificidades de onde vivem. Nesse caso, a política de etnodesenvolvimento deve respeitar e conhecer a forma que é feita a organização e a garantia do direito dos povos indígenas.

Soares (2018) menciona que o diálogo entre agentes públicos e a comunidade tradicional contribuiu para que as políticas públicas possam pensar em desenvolvimento sustentável de uma

forma integral. A sustentabilidade de um bioma e de várias faunas e floras está interligada a sustentabilidade das comunidades do entorno.

A conjugação entre o estudo do quadro socioeconômico desta Terra Indígena (TI) e a investigação da construção participativa de um planejamento do desenvolvimento do território indígena sob uma perspectiva sustentável nos permite analisar as efetivas possibilidades de construção de alternativas sustentáveis para as atividades produtivas indígenas em diálogo com os saberes tradicionais indígenas, em consonância com a orientação nacionalidade medidas de manejo sustentável [...] (BRUNET,2018, p. 179).

Brunet (2018) destaca ainda que a avaliação da sustentabilidade é relevante para ser compreendida a lógica das atividades produtivas partindo da cultura indígena. Isso auxilia para que as visões externas sobre essas atividades não prejudiquem outras dimensões da vida. Por outro lado, a comercialização tem sido um dos maiores desafios para os povos da floresta, dentre eles os índios, sendo este “o ponto mais frágil da cadeia produtiva. (APIZ,2008, p.22). Isso decorre da falta de equipamentos qualificados, orientações técnicas e diálogos entre as comunidades indígenas. Essa dificuldade faz com que se torne mais difícil a interação com os mercados externos das aldeias.

O desenvolvimento local sustentável não se confunde com a imitação de sistemas produtivos externos à comunidade, pois é construído de acordo com as características e demanda locais. Os produtos que são produzidos dentro das aldeias pelos indígenas podem ser valorizados de uma forma consciente a partir do conhecimento sobre as potencialidades e as dificuldades que possuem no processo de produção.

Para Souza (2002), a abordagem econômica da organização indígena não deve partir de uma diferenciação muito grande entre os setores que compõem a realidade sociocultural. Principalmente para o caso das sociedades ditas primitivas, as diferentes esferas do fazer humano estão inextricavelmente interligados. “Uma única atividade coletiva pode desempenhar papéis ao mesmo tempo econômicos, religiosos, sociais, políticos e culturais. Essa observação é fundamental para introduzir a temática do sistema econômico nas sociedades Guarani”. (SOUZA: 2002, p.214).

Portanto, uma atividade coletiva dos povos indígenas pode desempenhar outros papéis que sustentam o sistema econômico nas comunidades indígenas. “Para os Kaiowá, existe uma ligação estreita entre o puxirão e a festa de chicha, configurando o que se pode chamar de função econômica das festas; ou seja, o trabalho coletivo aparece com a função primordial de manifestar a solidariedade do grupo”. (SOUZA,2002, p.232). Então, as festas tradicionais que acontecem em meio aos indígenas das etnias Kaiowá é conhecido como “função econômica”, pois todos os trabalhos feitos em grupo

são voltados para a comunidade trazendo resultados positivos em termos de solidariedade e do fortalecimento cultural.

Portanto, o etnodesenvolvimento pode ser compreendido como uma proposta de desenvolvimento sustentável aplicado a grupos étnicos ou comunidade distintas na qual fundamentos de uma ética ambiental se mesclam com aspectos históricos, culturais, ancestrais e religiosos.

A DINÂMICA PRODUTIVA DA ECONOMIA INDÍGENA

A principal atividade econômica da comunidade Guarani é a agricultura, e as vezes praticam também a caça e a pesca. O caráter da agricultura familiar se refere ao milho que é a base de seu cardápio e algodão para a confecção de redes e roupas. Além disso, eles produzem objetos e utensílios de cerâmica utilizados para em rituais e no dia-a-dia.

[...] A maioria dos índios Guarani vive em terras legalizadas nos municípios de Dourados, Amambai, Caarapó e outros municípios menores. No entanto, milhares de indígenas lutam na Justiça Federal pelo reconhecimento de terras que hoje ocupam, mas os processos correm lentamente por diversos fatores como a corrupção, falsificação de documentos, grilagem de terras, influências de ruralistas e agentes do agronegócio e até mesmo grupos que adotam discursos de senso comum e preconceituoso (MARUCHI, 2018, p. 128).

A etnia Guarani e Kaiowá sofre ainda com as invasões de terras e a redução da sua população. Atualmente, a sobrevivência das etnias Guarani e Kaiowá depende da venda da sua mão de obra, dos auxílios financeiros e outras atividades informais.

Pode ser compreendido que os povos indígenas continuam buscando a melhoria das condições de vidas, pois eles têm capacidade de aprender para aprimorar as atividades e trabalho tanto na agricultura e como em outras áreas.

É o direito dos povos definirem sua própria políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito á alimentação para toda a população, com base na pequena e media produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses , pescueiros e indígenas de produção agropecuária , de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental[...]A soberania alimentar é a vida para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (MALUF, 2007, p. 23).

Segundo Araújo et al (2013), para melhorar a situação econômica e alimentação dessas comunidades, a cultura agrícola existente tem que ser preservada. Um exemplo disso é o resgate de

sementes Crioulas que representa um patrimônio genético e cultural dos Guarani-Kaiowá. Em relação a isso, o documento Base da 1ª conferência Nacional de política Indigenista menciona:

Cabe, neste caso, ao Estado prover a assistência técnica adequada às especificidades dos povos indígenas, propiciando convergências entre os saberes tradicional e técnico- científico, e disponibilizando os recursos e a infraestrutura necessária para a produção, que garanta a segurança alimentar e nutricional, a reprodução cultural e a comercialização dos produtos indígenas em bases contratuais justas (FUNAI, 2015, p. 29).

Pode se mencionar que essa semente é relevante para a segurança alimentar e permanência dos agricultores no campo em suas várias atividades produtivas.

Segundo Vasconcelos et al (2011) a comunidade indígena tem capacidade de coletar/armazenar as sementes e replantar no ano seguinte, isso os torna com mais independência de órgãos governamentais, gerando um material que é adaptado ao tipo de solo e clima, e pode resultar em melhorias da sobrevivência da comunidade indígena. O fomento da agricultura indígena, portanto, é muito importante.

(...) Dentre os principais cultivos agrícolas, pode-se citar: milho (avati moroty; avaty sa'yju; avaty puta i; avaty rozy; avaty pará), feijões; (cumandá guaçu; cumandá guaçu hu; cha'i puku; cumandá yvyra'i; cumandá'i; cumandá pyta; mbacucu branco), amendoim (manduvi pará e manduvi guaçu), abóboras, morangas, taiobas, batata doce amarela, batata doce branca, cana, mandioca, abacaxi(caraguatá), cará, cipó guaimbé, algodão e fumo (BENATTI et. al.,2004, p. 69).

A produção da agricultura familiar dos indígenas é orgânica e saudável, além de resgatar as práticas culturais subvalorizados pelo modelo de produção capitalista que se localiza direta ou indiretamente no território indígena.

Segundo Luciano (2006), a economia indígena se refere as questões de subsistência e o desenvolvimento sustentável na perspectiva da autonomia econômica.

O projeto desenvolvido na aldeia contribui para com a preservação dos hábitos, costumes e tradições alimentares que colaboram com a qualidade de vida dessa comunidade. Observa-se também a manutenção do acervo genético das sementes Crioulas decorrentes das práticas conservacionistas garantindo assim a perpetuação dos valores culturais e biológicos para as futuras gerações (PEREIRA,2020, p. 12).

A maioria dos indígenas afirmou que o benefício que recebem dos trabalhos e auxílios do governo supre apenas o consumo básico. Através das pesquisas que autor fez, afirmou que os

indígenas não vivem somente de assistência governamental, mas além disso eles trabalham e consomem tanto quanto os não indígenas. Ademais, os quintais da casa são utilizados para cultivarem múltiplas espécies agrícolas e florestais. Estes recursos ambientais promovem, para as comunidades, uma facilidade de alimentos, e ainda, pode ser chamado também de banco genético por obter capacidade de criar animais domésticos.

Nas outras aldeias, além destas variedades aparecem também: cana-de-açúcar, feijão-guando, feijão-guarani, fava, café, guaraná, abacaxi, araruta, (para produção de goma e polvilho), urucum, taioba, milho, tomate, jiló, temperos, pepino, couve, alface, poejo, maxixe, quiabo, cebola, repolho, mostarda, almeirão, batata e batata-doce, dentre estes itens, o café destaca-se como um dos poucos produtos cultivados com objetivo de venda (PAJEHÚ, 2018, p. 41).

Os indígenas dependem muito da agricultura para cultivar seus alimentos, e com as transformações que vem ocorrendo, eles têm oportunidade de comercializar para obter a renda a partir da produção.

A maioria dos grupos indígenas do Brasil pratica a agricultura tradicional, e cultivam em terras florestais, possuindo metodologia necessária para que se realize essa agricultura, chamada por eles de roça de toco. Nessas roças cultivam mandioca, milho, arroz, feijão, banana e abóbora para subsistência (MACIEL, 2010, p. 11).

A cultura tradicional da sua agricultura é embalada pelos rezadores mais velhos por meio dos seus cantos e rezas para cada plantação cuja tradição é repassada para as novas gerações.

A ALDEIA AMAMBAI: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REALIDADE DA COMUNIDADE

A terra Indígena (T.I) de Amambai é ocupada pela etnia Guarani-Kaiowá, que nesse espaço busca manter sua cultura buscando oportunidades para demonstrar que tem a capacidade de desenvolver sua agricultura, seu artesanato e cuidar da natureza de modo a melhorar suas condições de vida.

A comunidade da aldeia Amambai tem o suporte de algumas instituições responsáveis pelas políticas públicas específicas à esta população.

Em nível federal está a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e também a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada através de leis n.º:5.371 em 1967, o objetivo é proteger os direitos dos povos indígenas no Brasil. A principal responsabilidade é promover ações para a conservação e a recuperação do meio ambientes nas terras Indígenas. Atualmente, os moradores da aldeia recebem cesta básica da FUNAI como auxílio ao sustento da família.

Em relação a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), foi criado em 2010 com objetivo de promover a atenção primária à saúde e ações de saneamento respeitando os aspectos socioculturais dos povos indígenas. Na comunidade da aldeia Amambai, existem equipes do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que tem a responsabilidade de atender as demandas dos moradores da aldeia. Os postos de Saúde da aldeia são em número de 03 pontos (Sertão, Pandui e no Guapoy).

No organograma do governo de Mato Grosso do Sul, as demandas indígenas estão presentes na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST) que possui a Superintendência de Projetos Especiais (SUPROES) e destaca o Vale Universidade Indígena e a Coordenadora de Benefícios para Universitários e Comunidades Tradicionais.

A Prefeitura de Amambai conta com a Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas e a Casa de Assistência da Saúde Indígena (CASAI). Nesses pontos, as pessoas que precisam de atendimento médico ou aqueles que tiverem doenças graves se direcionam até o mais perto de sua residência para se consultarem, tem equipe de saúde como enfermeiros, agentes de saúde e que se responsabilizam pelas práticas sanitárias. Sobre a questão sanitária, destaca-se que na aldeia existem apenas 02 (dois) poços de é coletada a água levada até as torneiras em cada residência, mas está faltando muita água para a comunidade por falta de mais equipamentos e manutenção dos poços. O órgão responsável por estes itens é federal (SESAI).

Além desse suporte que a comunidade recebe, a Casa de Assistência da Saúde Indígena (CASAI) tem a responsabilidade de recuperação da saúde indígena, acolhe mães e crianças em quadro de desnutrição e demais pessoas que estão doentes. Essa casa tem equipe de saúde como enfermeiros, nutricionista para dar suporte em medicação e atende somente as comunidades indígenas que precisam de assistência em saúde. Geralmente, tem equipe da Fundação Nacional de Saúde

(FUNASA), que cuida do transporte dos pacientes. São esses os benefícios que a comunidade da aldeia Amambai recebe em se tratando de políticas públicas formais e contínuas⁶.

A principal atividade cultural e de costume é a agricultura, trabalho na roça e artesanato. Alguns preferem trabalhar nas escolas como professores, na prefeitura, e também trabalham sazonalmente como catador de maçã no Rio Grande do Sul.

A aldeia é arborizada. Os rios são utilizados para pesca e até para tomar banho, tem rio na entrada, na lateral e no fundo da aldeia, e são preservados pela própria comunidade. Existe também água nascente conhecida como mina utilizada para beber água e cozinhar. Por falta de água nas torneiras das casas, aqueles que moram próximo dos rios, se direcionam até lá e utilizam essa água.

As matas são preservadas. Praticam-se cantos e rezas tradicionais para cuidar das matas e das roças. Essa prática cultural foi repassada para as gerações mais novas e sempre está presente como integrante da cultura tradicional.

IMAGEM 1. ARTESANATO E PRODUÇÃO DA ALDEIA AMAMBAI

Fonte: Elaboração própria.



Em relação a agricultura, existe sempre a dificuldade para melhorar a produção e comercializar, pois falta apoio técnico para dar suporte.

Em 2021, foi eleito um indígena da aldeia Amambai como vereador para representar a comunidade internamente e externamente junto à gestão municipal e estadual. Também em 2021, a comunidade ganhou tratores para auxiliar na limpeza das roças que antes era limpada manualmente,

⁶ No ano passado, a comunidade indígena foi beneficiada pelo asfaltamento da estrada que liga a cidade até a Aldeia bem como no meio da aldeia.

o que demandava dias para ser finalizada. Com esses equipamentos, foi possível acelerar essa etapa e melhorar as condições de plantio. Além disso, a comunidade ganhou também algumas sementes de alimentos como feijão, arroz e milho.

Apesar disso, obviamente, ainda existem dificuldades básicas como a falta de água encanada para comunidade local. Em casos de emergência, a prefeitura envia caminhão pipa de água para a aldeia (embora a responsabilidade seja da SESAI que ainda não solucionou esse problema da falta de água). As mulheres e mães de cada família recebem auxílios financeiros, e os acadêmicos que recebem auxílios de bolsas do governo para estudarem⁷.

Em relação à comercialização, os agricultores tem muito interesse em vender sua produção. Alguns carregam seus produtos como mandioca, batata doce e um pouco de milho entre outras na caixa ou no saco e vai vender para os próprios parentes da aldeia. Os consumidores são aqueles que não tem roça porque trabalham nas escolas ou que não tem tempo para trabalhar na roça porque trabalham nas fazendas ou para fora da aldeia em busca de renda para sustento da família. Esses agricultores que comercializam, muitas vezes dependem só dessa renda para comprar itens para atender suas necessidades. A dificuldade que eles têm é que eles transportam essa produção nas bicicletas para vender e se direcionar até a cidade ou ir para fundo da aldeia vender esses produtos. Alguns agricultores já tem seus clientes na cidade ou na aldeia mesmo. Além disso, existem também algumas mulheres da aldeia que fazem artesanatos tradicionais como pulseiras, cesta, cocar, roupas típicas e vendem, mas falta também o lugar específico para poder comercializar esses produtos.

Nesse ano de 2022, o vereador junto com cacique da aldeia e Prefeito de Amambai iniciaram projetos para organizar uma feira na aldeia Amambai para esses agricultores que queiram vender seus produtos alimentícios e para aqueles que queiram vender seus artesanatos.

Alguns cursos para a comunidade da aldeia estão sendo organizados, como na área da agricultura, de mecânica entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da Aldeia Amambai é marcada por sobrevivência, conflitos, carências e potencialidades. Embora estejam ausentes, neste texto, dados e estatísticas (até porque inexistem)

⁷ É necessário destacar que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) possui uma Unidade Universitária no município de Amambai e oferta os cursos de História e Ciências Sociais. O corpo discente é majoritariamente indígena. A Unidade Universitária de Ponta Porã (cidade que se localiza a 90km) também tem registrado um número crescente de discentes indígenas junto aos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e de Pós Graduação (mestrado) em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS).

sobre a comunidade indígena estudada que corroborem com as conclusões, é fato que as dificuldades identificadas são comuns às demais comunidades indígenas tanto de Mato Grosso do Sul como do Brasil.

Os territórios indígenas são essencialmente de responsabilidade da esfera federal o que gera um distanciamento, não apenas institucional e imaterial, como geográfico e material que adiciona desafios para a promoção efetiva das garantias sociais fundamentais previstas na Constituição Federal. Como destacado no texto, o olhar público em nível estadual é bastante restrito e específico. É na esfera territorial e, portanto, no âmbito municipal que os problemas se revelam e mostram-se urgentes. O relato comprovou que a comunidade recebe a atenção municipal e a conquista política de eleger um legislador indígena deverá promover as conquistas e melhorias que a comunidade necessita. A superação das fragilidades não requer vultuosos volumes financeiros.

A comunidade quer plantar produtos alimentícios variados, e precisa de sementes, capacitação técnica e condições de escoar a produção e comercializar. A comunidade quer assistência à saúde e saneamento básico que são direitos fundamentais básicos que deveriam ser garantidos à toda população brasileira. A comunidade quer a valorização do seu artesanato, que é um dos pilares da cultura indígena, e condições de vendê-lo.

O mérito das melhorias e atenção pauta-se também pelo papel didático que a comunidade indígena tem a desempenhar: a educação ecológica! A economia indígena tem a *expertise* sobre as dimensões da sustentabilidade! O etnodesenvolvimento se constitui numa alternativa viável e acessível.

Conclui-se que faz parte do “DNA” da comunidade indígena em questão o etnodesenvolvimento. Não é preciso propor um modelo de etnodesenvolvimento e sim dar condições estruturais para que eles possam superar os gargalos clássicos (falta de água, assistência técnica, máquinas e equipamentos, condições de comercialização) e possam manter a lógica produtiva que eles dominam de modo a garantir a dinâmica sustentável da reprodução da vida numa comunidade indígena.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, J. P. M. et al. Índios o Acre. História e organização. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2010.

APIZ (ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA ZORÓ). Boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha -do- Brasil: capacitação e intercâmbio de experiências entre os povos da Amazônia Mato-Grossense. Cuiabá, MT: DAFANTE editora, 2008.

ARAÚJO, S.L.; MORAIS, R. C.; MORAIS, R.; NUNES, F.R.; COSTA, C.; SANTOS, M.S. Guardiões e Guardiãs da agro biodiversidades nas regiões da Cariri, Curimataú e Seridó Parabaiano. Cadernos Agroecológicos, v.8, n. p.1-5,2013.

ARRUDA, Raquel Pereira Rocha de Paula. Do Desenvolvimento Econômico ao Etnodesenvolvimento Indígena: Elementos para uma reflexão paradoxal. Centro Universitário Arnaldo Horário Ferreira - UNIFAAHF, Bahia, 2020.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: Possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. Ed. Contra Capa/RJ, 2002.

BENATTI, L.A.C.; RAMIRES.A.; ACOSTA.C. O conhecimento tradicional dos Kaiowá e guarani e o processo de etnodesenvolvimento na reserva indígena de Caarapó, MS. Dissertação (Mestrado). Campo Grande, MS: UCDB, 2004.

BRITO, A. Supremo Tribunal Federal Petição nº 3388. Disponível em<<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>>

BRUNET, M.B. Saberes tradicionais indígenas e sustentabilidade: Diagrama na construção do (etno) desenvolvimento sustentável. In: Anais do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Anais...Manaus (AM) UFAM, p.1-388-416, 2018.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, Porto Alegre/RS, 5(10), 312-347, 2003.

BUARQUE, S.C. Construído o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 4ºed., 2008.

COMTEXTO- Estudo dos componentes Indígena-ECI para a Terra Indígena Comboios e Terra Indígena Tupiniquim e Guarani (ES), referente ao processo de licenciamento ambiental corretivo da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Brasília: dezembro de 2012.

DUBOIS, J.C.L. Manual agroflorestal para a Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Rede Brasileira Agroflorestal, 1996.

FELIPIM.R. ' Os índios do Descobrimento'. 4 Ed. – São Paulo.2004.

FUNAI/Fundação Nacional do Índio. Documento base. 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista. Comissão Nacional de política Indigenista-CNPI, Brasília, jun 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteúdos/ascom/2015/imag/>. Acesso em 20 fev.2017

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de economia, Rio de Janeiro, v.6, n.3, p.7-45, jul.1952. ISSN1806-9134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2388/2541>.

GRAZIEL, F.A.B. Composição, estrutura e função de quintais Agroflorestais no Município de Mazagão, Amapá. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) -PPGA/UFRA da Amazônia e Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2008.

GRUNEWALD, A.R. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e leste); aspectos gerais e específicos. Revista Antropológicas, ano 7, volume 14(1 e 2): 47-71, 2003.

HOFFMANN, M. (Org.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contracapa/ LACED, 2002. LIMA, A. C. S., BARROSO-HOFFMANN, M. Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação. In: LIMA, A. C. S. & BARROSO-

LIMA, S.; HOFFMANN, M.(orgs.). Etnodesenvolvimento e Política públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista. Contra Capa/RJ, 2002.

LUCIANO, G.S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje/economia indígena. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional,2006.

MACIEL, M. R. A. Raiz, planta e cultura: a roça indígena nos hábitos alimentares do povo Paresi, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônomicas, Botucatu, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103232>>.

MALUF, S. W. Peregrinos da Nova Era: Itinerários espirituais e terapêuticos no Brasil dos anos 90. Antropologia em Primeira Mão, v. 100, p. 05-29, 2007.

MARUCHI, L.C., A questão indígena em Amambai-MS. Uma análise do contexto histórico e da atual relação do Guarani- Kaiowá com o comércio local. IN: Anais XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

MENDES, J.F.A. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre. Cachoeiro de Itapemirim (ES). Revista Política e Planejamento Regional V.4, n.1, janeiro/junho 2017.

MONTE-MÓR, R.L.M.; MAGALHÃES, F.N.C.; DINIZ, S.C. Economia e etnodesenvolvimento no território indígena Xacriabá, MG. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, MG, 2005.

PEREIRA, Z.V., SANGALLI, A., LOBTCHENKO, J.C.P., VILELA, L.O., VERA, C., FERNANDES, S.S.L. Casa de sementes Crioulas Tentatui Marangatu: uma estratégia para a segurança e soberania alimentar para as comunidades indígenas alimentar para as comunidades

indígenas de etnia Guarani-Kaiowá de Dourados -MS. Cadernos de agroecologia, 15(4), Sergipe/BH, 2020.

PAJEHÚ, C.F. Organização da cadeia produtiva da aroeira (*Schinus terebenthifolius* Raddi) nas comunidades indígenas tupiniquins e guarani no estado do Espírito Santo. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SILVA, S.R. Etnodesenvolvimento: análise a partir de uma terra indígena tradicionalmente ocupada. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós -Graduação em Agronegócio (PPGA). Dourados /MS: UFGD,2019.

SOARES, L.R. Etnodesenvolvimento e a inserção de populações indígenas em arranjos produtivos locais. Escola nacional de administração pública, Brasília -DF, junho/2018.

SOUZA, J.O.C. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. *Horizonte Antropológicos*, 8, 211-253, 2002.

STAVENHAGEM, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-56,1985.

VASCONCELOS, J.M. G et al. Casas de sementes comunitárias; estratégias de sustentabilidade alimentar e preservação da biodiversidade no semiárido cearense. Cadernos de Agroecologia, v.6, n.2, 2011.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo. Tese de Doutorado. Pós-Graduação das Américas - CEPPAC. Brasília: UNB, 2006.

WAQUIL, P.D. Mercado e comercialização de produtos agrícolas. Porto Alegre :editora da UFRGS,2010.